

R

TOMASSONI, Franco

*O Petróleo de Angola. Uma História Colonial (1881-1974)*,

Lisboa, Fora do Jogo, 2025, 396 pp.

ISBN 9789893598108

Giulia Strippoli

O livro em análise apresenta a história do petróleo de Angola como uma história colonial, entre 1881 e o fim do império português, em 1974. A data *a quo*, na segunda metade do século XIX, refere-se à conferência apresentada na Sociedade de Geografia de Lisboa em que o engenheiro Lourenço Augusto Pereira Malheiro (1842-1890) expôs a necessidade de uma reforma da geologia imperial que permitisse a exploração do território colonial e a atração de investimentos. Ao longo de cinco capítulos cuja ordem não é estritamente cronológica, o autor apresenta a forma como o extrativismo de Portugal em África se plasmou sobre duas forças: a incapacidade de o governo imperial se afirmar como controlador do mercado petrolífero e a força do mercado capitalista internacional – hegemónico pelos Estados Unidos – que se tornou o centro da extração, distribuição e consumo do petróleo angolano.

Este argumento evidencia o paradoxo do império português, cuja longa continuidade foi suportada pelos interesses económicos internacionais e se caracterizou pela limitação da soberania imperial: “Quanto mais evoluía o processo de integração do império no mercado mundial, menos o poder imperial conseguia

afirmar o controlo sobre as fontes petrolíferas internas. Quanto mais a soberania sobre estas fontes de energia se reduzia, menos se afigurava possível o projeto de alimentar a modernização imperial com o petróleo colonial” (p. 32).

Ao longo do livro, o autor demonstra a forma como o projeto de modernização económica preconizado por Malheiro implicava uma orientação do conhecimento geológico para fins capitalistas. Sob este impulso, a geologia imperial tornou-se extrativista e essa foi uma reforma que, ao longo de toda a sua história, se confrontou com dificuldades burocráticas, a fraqueza da administração imperial nas colónias, a resistência à ocupação e as transformações económicas internacionais. As instituições e a diplomacia do império português são analisadas como sujeitos mutáveis, cujo poder varia e se organiza em função de transformações que ultrapassam largamente as fronteiras nacionais, bem como uma espécie de vontade única imperial. Nesta interpretação, parecem ecoar estudos que têm demonstrado que a fraqueza, a ineficiência e a incoerência caracterizaram algumas políticas do governo português, como aquela que tratou da emigração na década de 1960 (Pereira, 2009). Sem

minimizar a violência ou a repressão do regime, estas perspectivas têm frisado precisamente a convivência, a combinação e até os nexos de causalidade entre políticas ineficazes e exercício autoritário do poder. Este livro não negligencia características do regime como a violência e o racismo, mas estas são estudadas na sua relação com os sujeitos produto da integração de Portugal no mercado capitalista transnacional.

O estudo do autor baseia-se na análise de um sólido *corpus* de fontes de arquivo (Arquivo Histórico-Diplomático, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo de História Social, National Archives do Reino Unido, Casa Comum – Fundação Mário Soares e Maria Barroso – Arquivo de Carlos Antunes e Isabel do Carmo, African Activist Archive) cuja interpretação revela aspetos como o processo histórico de desenvolvimento do mercado internacional, a integração do capital português neste contexto ou a construção da dimensão global do império, do ponto de vista económico e político. Esta dimensão global envolve também as lutas anticoloniais a nível transnacional, que Franco Tomassoni descreve como agentes que “contrapuseram uma outra imagem global do império português” (p. 72).

A descrição pormenorizada deste processo histórico que levou à paradoxal sobrevivência do império entrelaça-se com o diálogo crítico com a literatura sobre história imperial, história global, filosofia política e antropologia social e, o elemento de maior inovação, com a reflexão teórica sobre a relação entre

colonialismo e capitalismo, Estado e mercado, *imperium e dominium*, e sobre as características da soberania, o que implica uma *mise à point* de conceitos como “soberania variada”, “enclave” ou “quase extraterritorialidade”. A relação entre capitalismo e colonialismo é latente a partir do título, onde o sujeito, o recurso natural, dá origem a uma “história colonial”; esta escolha coloca quem lê na perspectiva das relações envolvidas na análise do capital. De facto, a partir de Marx e Engels, Lênine, Flora Tristan, José Carlos Mariátegui, Antonio Gramsci, Frantz Fanon, Eric Williams e, chegando aos contemporâneos, Silvia Federici e Marcello Musto, entre outros, têm interpretado a relação entre a acumulação capitalista e a violência colonial, o imperialismo, o racismo, o indigenismo, o género, num longo processo de análise crítica que continua a alimentar o debate académico e político (Bremen, 2024; Anderson, 2025).

Se o título evoca esta atmosfera de estudos do capitalismo baseados nas suas variadas relações, o livro apodera-se destes para demonstrar empiricamente a forma como se desenvolve a relação entre o económico e político, o cerne do livro cuja importância é introduzida pelo prefácio de Diogo Ramada Curto, que vê no livro um “modo de visitar a oposição de Marx relativamente à centralidade do político” (p. 13).

Onde é, então, que Tomassoni coloca o político, o Estado Novo, a ideia de um governo capaz de se prolongar no tempo, de reprimir as oposições, de levar a cabo uma guerra colonial, de ser império?

O autor não cria uma hierarquia entre o político e o económico, mas através da história do petróleo de Angola dá conta da relação existente entre o poder das instituições políticas, caracterizado pelas fronteiras nacionais, o *imperium*, e os interesses económicos, o mercado, um campo que não conhece fronteiras, o *dominium*. As categorias de Carl Schmitt são criticamente convocadas para demonstrar a existência de uma variedade de soberanias: diferentes maneiras de a autoridade política estatal exercer (ou não exercer) a soberania. Esta perspetiva inovadora contradiz as análises que frisaram o poder da diplomacia imperial na atração de capitais internacionais, ao serviço da modernização de Portugal, como a de António Barreto. O autor constrói o seu argumento através do estudo pormenorizado de diferentes modelos de extrativismo petrolífero em Angola. Se é verdade que uma única lei (de 1906) regulou as concessões mineiras até ao fim do império português, esta continuidade não assegurou aos gabinetes políticos da metrópole nem o controlo sobre o conhecimento do território angolano, nem o processo de extração e distribuição do precioso recurso energético colonial. A demonstração é feita sobretudo através do poder “extraterritorial” que caracterizou a presença da companhia americana Gulf em Angola, depois da II Guerra Mundial. Se até meados dos anos 1950 a exploração petrolífera em Angola, organizada à volta dos interesses belgas da companhia Petrofina, tinha garantido às instituições políticas o reconhecimento da soberania política, a

concessão de 1957 da exploração à Gulf criou uma condição de quase extraterritorialidade que, ao afirmar a força estado-unidense, começou um processo de exclusão do poder imperial ao nível das competências para gerir a indústria petrolífera e determinou a criação de um enclave económico em Angola, um território caracterizado pelo domínio de capitais privados. O autor descreve, então, as características de enclave da zona de Cabinda controlada pela presença da Gulf, demonstrando o impacto do capital em diferentes dimensões da sociedade, com um foco específico nas condições de trabalho e nos salários, no preço da habitação, nas infraestruturas e no panorama social da região, transformado ao serviço do entretenimento dos trabalhadores não angolanos contratados pela Gulf, que incluía fenómenos como o aproveitamento da prostituição de mulheres angolanas. Num campo mais alargado, o autor demonstra o modo como os interesses das multinacionais neste território colonial influenciaram algumas das manobras políticas do Estado Novo, como a demora em retificar as orientações da Organização Internacional do Trabalho (pp. 261-269). Para além de refletir criticamente sobre as relações não lineares entre burocracia imperial, diplomacia, aglomeração de capitais, mercado e exploração colonial, Tomassoni analisa alguns acontecimentos e processos-chave da oposição anticolonial, para argumentar acerca da contestação global do império português. Através de episódios conhecidos como a Conferência de Roma de 1970,

ou muito pouco conhecidos como a ocupação da reitoria de Harvard contra a Gulf (1972) e a atividade académico-política de uma rede entre a Tanzânia, Moçambique, Angola e Itália, o autor argumenta sobre a relação entre a crítica ao capitalismo, a crítica ao colonialismo, a luta dos movimentos de libertação africanos e o ativismo global.

O carácter inovador do livro assenta, a meu ver, na demonstração da integração do governo português no mercado de capitais internacionais e do itinerário das instituições políticas, soberanas e autónomas *de iure* mas não *de facto*. O autor analisa as tentativas da administração colonial e do governo da metrópole para controlar o processo de extração do petróleo e as condições necessárias para tal: adquirir conhecimento sobre o território, formar quadros, conduzir explorações. O insucesso foi determinado pelas consequências da integração do império no mercado internacional, uma integração que criou um vínculo estrito entre a sobrevivência do império, os capitais internacionais, a hegemonia norte-americana na extração do petróleo angolano e a limitação da soberania do império. Quem lê esta história do paradoxo petrolífero (p. 250) que se desenvolveu entre a flexibilidade do capital e o poder imperial não deixa de se interrogar sobre os outros paradoxos do modo de produção

capitalista, que ao longo das décadas tem produzido mercadorias, corpos e conhecimentos mais flexíveis, mais móveis, mais adaptáveis, e tem multiplicado os espaços de quase extraterritorialidade, enclaves onde quem domina é a razão do mercado.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, K. B. (2025), *The Late Marx's Revolutionary Roads: Colonialism, Gender, and Indigenous Communism*, Londres e Nova Iorque, Verso.

BREMAN, J. (2024), *Colonialism, Capitalism and Racism. A Postcolonial Chronicle of Dutch and Belgian Practice*, Amesterdão, Amsterdam University Press.

PEREIRA, V. (2009), “Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)”. *Ler História*, 56, pp. 45-68. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1944>.

---

STRIPPOLI, G. (2025), Recensão “O Petróleo de Angola. Uma História Colonial (1881-1974), Lisboa, Fora do Jogo”. *Análise Social*, 255, LX (2.), e41243. DOI: <https://doi.org/10.31447/41243>.

---

Giulia Strippoli » [giuliastrippoli@fcsch.unl.pt](mailto:giuliastrippoli@fcsch.unl.pt) » Instituto de História Contemporânea FCSH NOVA » Avenida de Berna, 26 c — 1069-061 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-2583-7195>.

---